



As origens do estado



2/4

**Revolução
Norte-Americana**

Prof: Ricardo Gomes

e-books
NÚCLEO DE FORMAÇÃO

Prefácio

Hoje muito se discutem as formas e sistemas de governo, bem como os problemas de cada um deles. No entanto, pouco se aprofunda a discussão sobre o que de fato é esse governo, sobre o que é o Estado e para o que eles servem. Para que possamos compreender nossa organização política, jurídica e social, precisamos retroceder na História, entender quais foram as nossas influências e qual foi o fio condutor que nos fez chegar até aqui. Existem diversas definições para o termo Estado. Uma das mais famosas é a de Max Weber, intelectual alemão, considerado um dos pais da sociologia. Weber dizia que:

“O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”.

As nuances dessa definição ao longo da História fazem desse curso uma viagem fascinante. Quais homens dominaram quais? Qual é o limite do monopólio da força? Como foram estabelecidos esses limites? O que é um território? O que é

uma identidade nacional? Como garantimos nossos direitos individuais dentro das nossas nações? Essas são algumas das perguntas que o professor Ricardo Gomes tenta responder ao longo do curso, pois, como disse ele, parafraseando Eduardo Bueno:

“a História é feita de muito mais sangue, suor, lágrimas e sêmen do que podemos imaginar”.

Sendo assim, o curso tem o objetivo de aprofundar essas questões por base da História do processo de desenvolvimento dos maiores Estados da democracia ocidental: a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. As diferenças e semelhanças da herança constitucional desses países são de fundamental importância para formação do entendimento da identidade política do brasileiro. É pela compreensão das “origens do Estado” e do que foi o empirismo inglês, o constitucionalismo americano e o iluminismo francês que conseguimos entender como se deu a formação do patrimonialismo brasileiro, doença que contaminou nosso país ao longo do tempo.

Introdução

Nesta segunda aula de uma série de quatro aulas sobre as “Origens do Estado”, abordaremos a história dos Estados Unidos. Para isso, primeiro é importante termos bem clara a primeira aula sobre Inglaterra, uma vez que a Revolução Norte-Americana foi na verdade uma revolução de ingleses pelo direito de serem ingleses – uma revolução altamente influenciada pelas ideias de Adam Smith e David Hume, o iluminismo, estudo racional das normas da moral.

Esse processo revolucionário se dá por meio de uma sucessão de fatos e conflitos, alternando respeito e rompimento com as tradições britânicas. É uma luta pela liberdade, pela defesa dos direitos naturais e pela limitação do poder do Estado. É uma luta pelo reconhecimento de ser livre, que tem como produto final a independência dos Estados Unidos da América e a origem do Direito Constitucional e da democracia moderna.

Resumo

Colonização

No dia 12 de outubro de 1492, um evento muito importante mudou a cara do mundo: Cristóvão Colombo, representando a Espanha, chega às ilhas do Caribe, descobrindo assim a América. Essa foi a última vez em que houve alteração no brasão real da Espanha. Reza a lenda de Hércules que ele teria construído duas colunas nas portas do fim do mundo, na saída do Mediterrâneo para o mar, e escrito “Non plus ultra”, ou seja, “Nada mais além”. Com a descoberta de Colombo, a Espanha adicionou duas colunas em seu brasão e escreveu “Plus Ultra”, ou “Há mais além”.

Enquanto Portugal e Espanha se aventuravam nas grandes navegações, os britânicos não se mexiam. Apenas no ano de 1607 é que eles decidem desbravar os oceanos. O rei James escreve uma carta para a formação de uma companhia, “The London Company”. A London Company, empresa privada, compra uma frota de navios, forma marinheiros e inicia a expedição que viria a fundar a Jamestown, no estado da Virgínia – nome dado em homenagem à “Rainha Virgem”, Elizabeth I.

Os colonizadores que atravessaram o oceano para fundar a primeira cidade norte-americana eram perseguidos religiosos ou servos que tinham um contrato com a London Company. A companhia se comprometia a pagar a passagem em troca de sete anos de trabalho, até que os servos se tornassem então homens livres. Percebe-se que esses homens não tinham bons incentivos para trabalhar, uma vez que não ficavam com o fruto do seu trabalho. Enquanto em 1609 Jamestown contava com cerca de 500 habitantes, em 1615 esse número era de apenas 100. Ninguém plantava e ninguém colhia.

Ainda em 1615, os homens remanescentes tentam abandonar a colônia, mas se deparam com novos navios chegando. Eles voltam e insistem até quase morrer de fome. Finalmente, depois desses anos sofridos, se estabelece a isenção do trabalho servo e a propriedade privada. O governador, chamado Thomas Dale, abole o sistema de trabalho servil e dá três acres de terra para cada um dos colonos. A colônia começa a prosperar por meio dos empreendimentos privados.

Navio Mayflower



Em 1620 outro navio parte em direção à América, o chamado Mayflower. Dessa vez, a bordo havia colonos de diferentes religiões. Ao se darem conta de que, por causa disso, possivelmente iriam divergir bastante ao chegarem em terra, ainda a bordo assinam um acordo de governança. Essa é a origem de um governo constitucional. Aqui está presente a velha ideia inglesa do “The Law of the Land”, ou “A lei da terra”. Como eles estavam chegando a uma terra sem leis, realizam um acordo mútuo entre os governados, que não se sentem sujeitos ao poder do rei, uma vez que quem criou o governo nessa nova terra foram eles, os homens. Esse episódio orientou a formação dos governos locais nas colônias. Cada colônia tinha uma carta de direitos, um acordo de governança, e isso foi desenvolvendo os Estados Unidos da América.

Início dos conflitos

Ao contrário do que aconteceu nas colônias portuguesas e espanholas, na América do Norte os índios nativos nunca se renderam aos britânicos. Em 1765, para pagar as despesas das guerras com os índios, o rei da Inglaterra, George III, cria e passa no Parlamento inglês o Stamp Act – a lei do selo. Essa lei impunha um imposto para as colônias sobre tudo aquilo que fosse impresso, como cartas de baralhos, jornais, dinheiro, cartas bancárias, hipotecas, registros de propriedade e vários outros.

No entanto, um grupo radical de Boston chamado de “Sons of Liberty” – os “filhos da liberdade” – se posiciona de maneira contrária ao Stamp Act, tendo como base a Magna Carta de 1215. A lógica era de que os colonos não votaram no Parlamento, portanto o imposto do selo estaria infringindo o princípio do “No taxation without representation”, pois, se não há representação, o rei não pode impor taxas. Os Sons of Liberty chamam o povo para se revoltar contra a lei, e a rebelião é tão grande que em 1766 a lei é repelida.

A partir desse episódio, cria-se uma espécie de ressentimentos entre as colônias e a Coroa. O rei envia tropas para a América, para garantir que não haja mais revoltas. No entanto, a convivência não se dá de forma tranquila. Em 1770, após se sentir acuada, uma tropa de soldados britânicos abre fogo contra os cidadãos de Boston. Esses soldados vão a julgamento e têm John Adams como advogado. Apesar de serem absolvidos, a Coroa entende que não é justo o julgamento ter ocorrido na colônia e realiza novo julgamento na Inglaterra, no qual os soldados, obviamente, são absolvidos novamente. No entanto, esse segundo julgamento agrava ainda mais o conflito entre colônias e Coroa, uma vez que o recado que passa, com base na Magna Carta e seu princípio de julgamento por pares, é que a Coroa não considera os cidadãos da colônia como seus pares.

O clima esquenta, e o rei envia mais soldados. Até que em 1773 ocorre outra crise. Acontece uma supersafra de chá na Inglaterra, e os britânicos decidem vender o chá nas colônias cobrando um imposto, que, mesmo assim, mantém o preço

abaixo do histórico, por conta do excesso de oferta. No entanto, as colônias se negam a pagar o imposto, mesmo com o preço do chá estando mais baixo, pois novamente isso infringia os princípios da Magna Carta. Os colonos realizam então a famosa “Boston Tea Party”, na qual fazem os oficiais ingleses passarem vergonha ao desfilarem nus pelas ruas da cidade. Essa foi a gota d’água para Coroa, que manda diversas tropas de elite para a América, infringindo mais uma vez a Magna Carta, ao colocar soldados nas casas das pessoas em tempos de paz. Isso começa a despertar o sentimento independentista das colônias. Em 1774 os colonos resolvem então reunir representantes das treze colônias em um congresso continental no qual não decidem nada.



Boston Tea Party

E assim a situação vai se agravando. Diante do risco iminente de guerra, algumas colônias, como Massachusetts, começam a se armar por conta e a criar milícias. No ano seguinte, Patrick Henry, ao discursar na Assembleia local para decidir a posição que a colônia da Virgínia levaria dessa vez para o Congresso Continental, faz um dos discursos políticos mais bonitos da história:

“É em vão, senhores, extenuar o assunto. Os cavalheiros podem gritar paz, paz, paz, mas não há paz. A guerra de fato já começou. O próximo galeão que vier do norte trará aos nossos ouvidos o som de armas se chocando. Os nossos irmãos já estão prontos no campo, por que estamos nós aqui parados? O que é que esses cavalheiros querem e o que eles terão? É a paz tão querida e a vida tão doce que devam ser compradas ao preço de correntes e escravidão? Que Deus todo-poderoso não permita. Eu não sei que rumos outros tomarão; quanto a mim, me dê liberdade ou me dê a morte”.

A Revolução

Assim, Patrick Henry vira o voto da Virgínia, que adota uma posição de declarar guerra à Inglaterra. Concomitantemente, em Boston já havia um arsenal escondido na cidade de Concord.



Vaza a notícia de que os ingleses iriam atacar esse arsenal. Os colonos montam uma estratégia: se os ingleses chegassem por terra, o pastor colocaria uma chama na torre da igreja, e, se eles chegassem pelo mar, eles colocariam duas.

Ao perceber os ingleses chegando pelo mar, o pastor acende duas chamas. Um dos Sons of Liberty, chamado Paul Reviere, dispara a cavalo para informar os colonos de que os britânicos estavam chegando. Esse episódio ficou conhecido como a cavalgada da meia-noite. Então acontecem as primeiras batalhas da Revolução Americana: Lexington e Concord. George Mason, um dos Founding Fathers, disse:

“Nós não pedimos nada a não ser as liberdades e o privilégios dos homens britânicos, no mesmo grau que nós teríamos se tivéssemos continuado entre os nossos irmãos na Grã-Bretanha”.

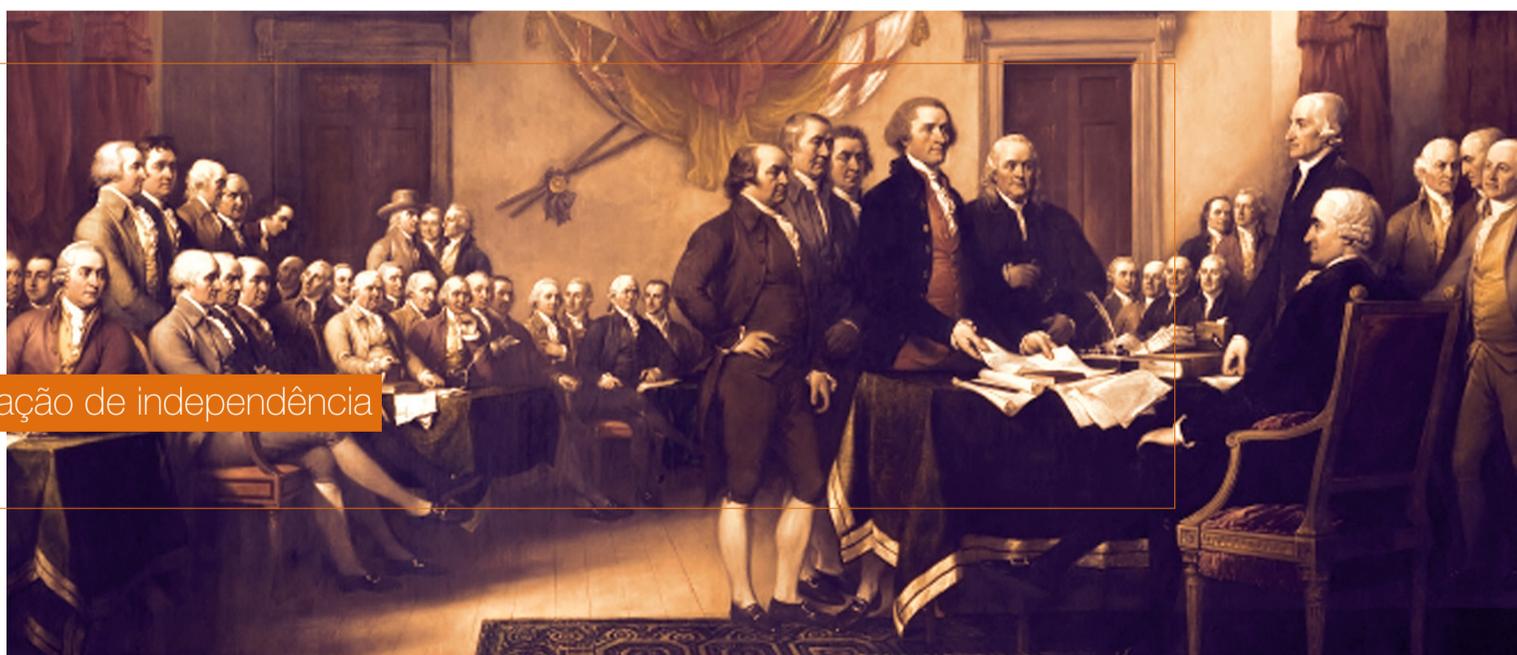
Nova York é cercada, Boston é tomada e invadida pela Coroa britânica, que fecha o porto, proíbe o comércio, expropria casas para colocar os soldados, monta um arsenal e traz peças de artilharia da metrópole para bombardear a cidade. Nesse clima se reúne o Segundo Congresso Continental.

No novo congresso, havia-se definido a necessidade de uma votação unânime para a tomada de decisão. Alguém propõe a luta pela independência; no entanto, os representantes das colônias não haviam votado essa questão internamente e precisaram voltar para as colônias para consultar seus povos. Enquanto isso, contando que a proposta fosse passar, um grupo começou a escrever a Declaração de Independência. John Adams foi a voz, Thomas Jefferson, a pena, e Benjamin Franklin, a cabeça da Revolução. Até que, em 4 de julho de 1776, eles finalmente votam pela independência dos Estados Unidos, com doze votos a zero e a abstenção de Nova York, que estava cercada pelos ingleses.

O documento começa dizendo que é uma declaração dos treze estados unidos da América – ainda com a ideia de que cada colônia era um estado, pois o governo americano se formou assim: primeiro chegou o povo, depois se formou um governo local, depois as colônias com os seus congressos, e só depois existiu a união. Além disso, a declaração diz:

● Declaração de independência dos EUA

“Quando, no curso dos eventos humanos, torna-se necessário que dois povos dissolvam os laços políticos que os unem, o respeito decente pela opinião da humanidade requer que eles exponham os fatos que os levam a essa separação.”



Declaração de independência

Consideramos essas verdades evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que, a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.

Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagruar, abolindo as formas a que se acostumaram.

Mas, quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiães para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias, e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo.

A história do atual rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações, tendo todos por objetivo direto o estabelecimento da tirania absoluta sobre estes estados. Para prová-lo, permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido.

⊗ Recusou assentimento a leis das mais saltares e necessárias ao bem público.

⊗ Proibiu aos governadores a promulgação de leis de importância imediata e urgente, a menos que a aplicação fosse suspensa até que se obtivesse o seu assentimento, e, uma vez suspensa, deixou inteiramente de dispensar-lhes atenção.

- ① > Recusou-se a promulgar outras leis para o bem-estar de grandes distritos de povo, a menos que abandonassem o direito de representação no Legislativo, direito inestimável para eles e temível apenas para os tiranos.
- ① > Convocou os corpos legislativos a lugares não usuais, sem conforto e distantes dos locais em que se encontram os arquivos públicos, com o único fito de arrancar-lhes, pela fadiga, o assentimento às medidas que lhe conviessem.
- ① > Dissolveu Câmaras de Representantes repetidamente porque se opunham com máscula firmeza às invasões dos direitos do povo.
- ① > Recusou por muito tempo, depois de tais dissoluções, fazer com que outros fossem eleitos, em virtude do que os poderes legislativos, incapazes de aniquilação, voltaram ao povo em geral para que os exercesse, ficando, durante esse tempo, o estado exposto a todos os perigos de invasão externa ou convulsão interna.
- ① > Procurou impedir o povoamento destes estados, obstruindo para esse fim as leis de naturalização de estrangeiros, recusando-se a promulgar outras que animassem as migrações para cá e complicando as condições para novas apropriações de terras.

- > Dificultou a administração da justiça pela recusa de assentimento a leis que estabeleciam poderes judiciários.
- > Tornou os juízes dependentes apenas da vontade dele para gozo do cargo e valor e pagamento dos respectivos salários.
- > Criou uma multidão de novos cargos e para eles enviou enxames de funcionários para perseguir o povo e devorar-nos a substância.
- > Manteve entre nós, em tempo de paz, exércitos permanentes sem o consentimento dos nossos corpos legislativos.
- > Tentou tornar o militar independente do poder civil e a ele superior.
- > Combinou com outros sujeitar-nos a uma jurisdição estranha à nossa Constituição e não reconhecida pelas nossas leis, dando assentimento aos seus atos de pretensa legislação



⊗ Combinou com outros sujeitar-nos a uma jurisdição estranha à nossa Constituição e não reconhecida pelas nossas leis, dando assentimento aos seus atos de pretensa legislação:

-
- > para aquartelar grandes corpos de tropas entre nós;
 - > para protegê-las, por meio de julgamentos simulados, de punição por assassinatos que viessem a cometer contra os habitantes destes estados;
 - > para fazer cessar o nosso comércio com todas as partes do mundo;
 - > por lançar impostos sem nosso consentimento;
 - > por privar-nos, em muitos casos, dos benefícios do julgamento pelo júri;
 - > por transportar-nos por mar para julgamento por pretensas ofensas;
 - > por abolir o sistema livre de leis inglesas em província vizinha, aí estabelecendo governo arbitrário e ampliando-lhe os limites, de sorte a torná-lo, de imediato, exemplo e instrumento apropriado para a introdução do mesmo domínio absoluto nestas colônias;
 - > por tirar-nos nossas cartas, abolindo as nossas leis mais valiosas e alterando fundamentalmente a forma do nosso governo;
 - > por suspender os nossos corpos legislativos, declarando-se investido do poder de legislar para nós em todos e quaisquer casos.

- ① > Abdicou do governo aqui por declarar-nos fora de sua proteção e fazendo-nos guerra.
- ② > Saqueou os nossos mares, devastou as nossas costas, incendiou as nossas cidades e destruiu a vida do nosso povo.
- ③ > Está, agora mesmo, a transportar grandes exércitos de mercenários estrangeiros para completar a obra de morte, desolação e tirania, já iniciada em circunstâncias de crueldade e perfídia raramente igualadas nas idades mais bárbaras e totalmente indignas do chefe de uma nação civilizada.
- ④ > Obrigou os nossos concidadãos aprisionados no mar alto a tomarem armas contra a própria pátria, para que se tornassem algozes dos amigos e irmãos ou para que caíssem em suas mãos.
- ⑤ > Provocou insurreições internas entre nós e procurou trazer contra os habitantes das fronteiras os índios selvagens e impiedosos, cuja regra sabida de guerra é a destruição sem distinção de idade, sexo e condições.

Em cada fase dessas opressões, solicitamos reparação nos termos mais humildes; responderam a nossas petições apenas com repetido agravo. Um príncipe cujo carácter se assinala desse modo por todos os atos capazes de definir um tirano não está em condições de governar um povo livre.

Tampouco deixamos de chamar a atenção de nossos irmãos britânicos. De tempos em tempos, os advertimos sobre as tentativas do Legislativo deles de estender sobre nós uma jurisdição insustentável. Lembramos-lhes das circunstâncias de nossa migração e estabelecimento aqui. Apelamos para a justiça natural e para a magnanimidade, e conjuramo-los, pelos laços de nosso parentesco comum, a repudiarem essas usurpações que interromperiam, inevitavelmente, nossas ligações e a nossa correspondência. Permaneceram também surdos à voz da justiça e da consanguinidade. Temos, portanto, de aceitar a necessidade de denunciar nossa separação e considerá-los, como consideramos o restante dos homens, inimigos na guerra e amigos na paz.

Nós, por conseguinte, representantes dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, reunidos em CONGRESSO GERAL, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES; que estão desobrigados de qualquer vassalagem em face da Coroa britânica e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha está e deve ficar totalmente dissolvido; e que, como ESTADOS LIVRES E INDEPENDENTES, têm inteiro poder para declarar a guerra, concluir a paz, contrair alianças, estabelecer comércio e praticar todos os atos e ações a que têm direito os estados independentes. E em apoio desta declaração, plenos de firme confiança na proteção da Divina Providência, empenhamos mutuamente nossas vidas, nossas fortunas e nossa sagrada honra.





George Washington e a vitória americana

Todos os que votaram tornam-se, naquele momento, criminosos por crime de alta traição ao rei da Inglaterra. Assim se inicia a guerra dos americanos contra o mais poderoso exército e a Marinha mais forte do mundo. O congresso convoca George Washington para comandar o exército. Ele consegue vencer algumas batalhas, perde várias, e chega o inverno de 1776.

No inverno de 1776, os ingleses estão em Boston, pois haviam tomado a cidade. Dentro de casas, confortáveis, com lareiras e abastecimento de comida chegando por mar e com suas trincheiras montadas.

Enquanto isso, os americanos estavam acampados, entrincheirados do lado de fora da cidade. Enquanto os ingleses não têm incentivos para sair no frio e atacar, os americanos não têm condições de fazê-lo.

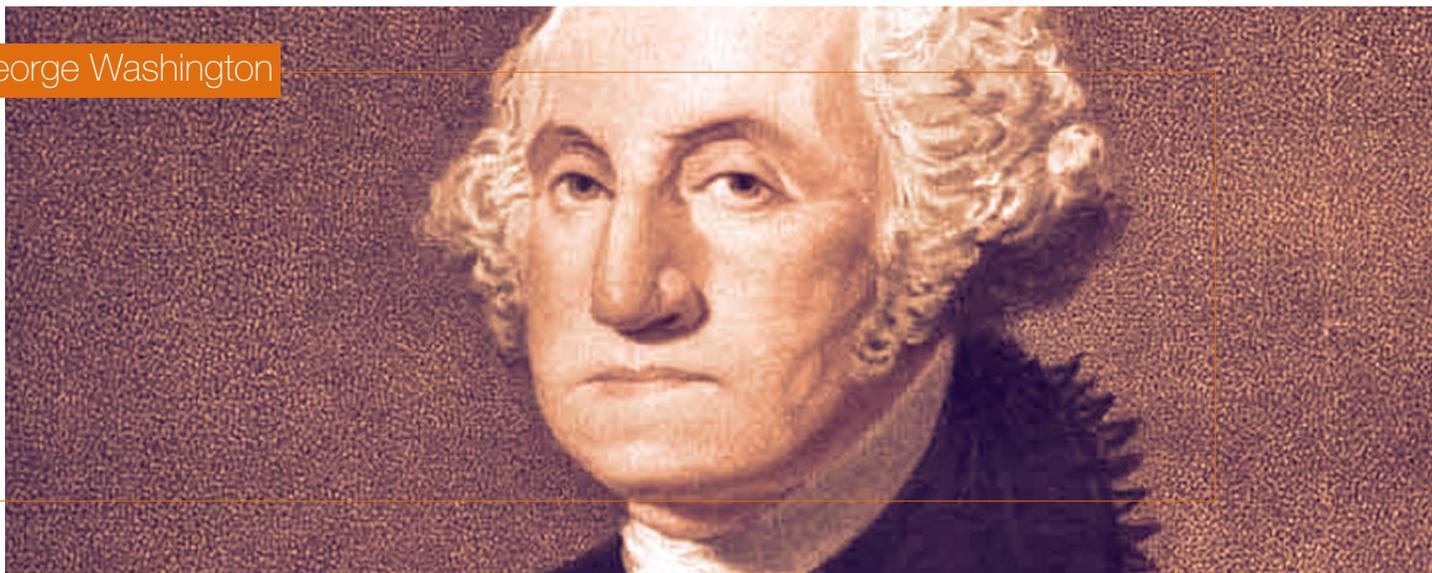
Assim, eles passam o inverno montando trincheiras. Enquanto estavam entrincheirados, vários americanos morreram de doenças e de fome. Enquanto isso, circulou um panfleto altamente lido, escrito por Thomas Paine, chamado “The American Crisis” e considerado fator fundamental para que aquele inverno fosse suportado.

“Esses são os tempos que testam o espírito dos homens. O soldado do verão logo voltará para casa. O soldado do verão e o patriota do sol brilhante nessa crise se encolherão no serviço de seu país, mas aquele que resistir agora merece o amor e o agradecimento de homens e mulheres. A tirania, assim como o inferno, não é facilmente vencida. Mas temos uma consolação entre nós: quanto mais duro é o conflito, mais glorioso é o triunfo. O que nós obtemos de forma barata nós estimamos muito pouco. É a dificuldade apenas que dá a cada coisa o seu valor. Os céus sabem como pôr um preço apropriado nos seus bens. Seria muito estranho de fato que um bem tão celestial como a liberdade não fosse altamente precificado. A Bretanha, com um exército para reforçar sua tirania, declarou que ela tem o direito não apenas de taxar, mas também de forçar em todo e qualquer caso. Estar preso dessa maneira, se isso não é escravidão, então não existe tal coisa como escravidão na face da Terra. Mesmo essa expressão é ímpia, pois um poder dessa forma ilimitado pode pertencer apenas a Deus...”

Quando começa a baixar a neve, George Washington pede para buscarem os canhões que estavam na fronteira com o Canadá desde a época da guerra com os indígenas. Assim, os americanos bombardeiam Boston e começam a vencer a guerra. A França, liderada por Lafayette, chega por mar e ajuda os americanos a cercarem os ingleses, até que eles ficam completamente reprimidos em Yorktown.

Quando Lorde Cornwallis se dá conta de que vai perder a guerra, pede para que os ingleses se rendam com honras. George Washington nega o pedido de Cornwallis, que manda o seu segundo no comando, Charles O'Hara, se render em seu lugar. Na cerimônia, O'Hara se direciona para entregar sua espada para Lafayette, pois reconhecia a França como país independente, mas não os Estados Unidos. Lafayette se nega e força O'Hara a entregar a espada para George Washington, que, por sua vez, ao ver que aquele era o segundo no comando, o força a entregar para o segundo americano no comando, Benjamin Lincoln. Assim acaba a guerra.

George Washington



● Independência e a República

Em 1783 é firmada a paz pelo Tratado de Paris, no qual a Inglaterra reconhece a independência dos Estados Unidos. George Washington volta então ao Congresso Continental e entrega a sua espada, junto com a folha que o autorizava a formar o exército, simbolizando e concretizando que, nos Estados Unidos, o poder militar se sujeita ao poder civil.

George Washington foi eleito o primeiro presidente dos Estados Unidos e acompanhou toda a construção da Constituição americana, que começa a ser escrita em 1787 e acaba de ser votada em 1788, passando por aprovação de todas as treze colônias. Para aprovar a constituição em Nova York, três jornalistas escreveram uma série de papers explicando para a população o que era a Constituição, para que a população votasse por aprová-la. Até hoje esses documentos são utilizados pela Suprema Corte americana para interpretar e julgar casos.

Ao terminar a votação no Congresso Continental, o primeiro a sair é Benjamin Franklin. Uma senhora se aproxima dele e pergunta: então, o que temos, uma monarquia ou uma república? Ele, por sua vez, responde: é uma república, se vocês conseguirem mantê-la. Com isso ele lança um desafio para as gerações seguintes, pois o texto da Constituição não é o suficiente para garantir as liberdades. Nenhum documento, nenhum pedaço de papel é capaz de garantir a liberdade se a cultura, se as elites e se as forças políticas não sustentarem essa liberdade. Dentre as principais emendas que prezam pela liberdade, estão a I e a II:

➤ Emenda I

O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao governo petições para a reparação de seus agravos.

➤ Emenda II

Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedido.

Em 1789 acontecem novas eleições, e George Washington é reeleito presidente dos Estados Unidos. O povo clama por um terceiro mandato, mas ele afirma que é mais importante que os americanos se acostumem com a alternância de poder. John Adams é eleito o segundo presidente dos Estados Unidos. Um episódio explicita bem as bases desse novo estado:

Ao chegar ao Congresso Continental, Thomas Jefferson abre a porta para George Washington, que, por sua vez, abre caminho para o então presidente John Adams, dizendo: “Agora eu sou apenas um mero fazendeiro da Virgínia”.

Isso representa o rompimento com a tradição aristocrática inglesa e o início de uma democracia, apesar de os Founding Fathers não terem utilizado essa palavra.

Conclusão

Constituição nenhuma é garantia em si mesma. Ela é uma garantia enquanto estiver acompanhada de uma compreensão, que os Founding Fathers tinham, da tradição, da importância dos conceitos jurídicos, da existência de uma filosofia jurídica e política que sustente o documento.

A Constituição americana não foi escrita no vácuo, ela foi escrita em cima de uma tradição, começada na Inglaterra. Se em algum momento a sociedade americana parar de produzir uma cultura capaz de sustentar a liberdade, nem mesmo a Constituição será capaz de preservá-la. Mesmo o direito constitucional, escrito, deve estar ancorado na História e tradição de seu povo; caso contrário, não valerá de nada.

Referências

Livros

- + Empires of the Atlantic World – John Elliot
- + John Adams – David Mccullough
- + Adam Smith – a riqueza e a teoria dos sentimentos
- + David Hume
- + The american crisis – Thomas Paine
- + The Federalist Papers – Alexander Hamilton, James Madison e outros.

Filmes e Séries

- + John Adams (Série)
- + O Patriota (Filme)




BRASIL
PARALELO

Revolução Norte-americana

As origens do estado